

Coordenação Pedagógica OAB - Setembro de 2012

Prof. Darlan Barroso

## FUNDAMENTOS PARA RECURSOS À 1ª FASE DO VIII EXAME UNIFICADO OAB/FGV

### Orientações de interposição do recurso

- ✓ O prazo para a interposição dos recursos será das 12h do dia 19/09 às 12h do dia 22/09 (horário de Brasília).
- ✓ O recurso deverá ser interposto por meio eletrônico, no site da FGV, com uso da senha de acesso pessoal.
- ✓ O recurso será interposto por questão objetiva, limitado a até 5.000 caracteres cada um.
- ✓ **Ao elaborar o recurso o candidato não poderá criar nenhum dado de identificação, sob pena de ser liminarmente indeferido.**
- ✓ Ao redigir os argumentos, mesmo utilizando os fundamentos disponibilizados pela Coordenação, redija o texto com suas palavras, evitando padronização ou modelos.
- ✓ No texto, tenha clareza e objetividade, requerendo ao final de cada item a “anulação da questão com o deferimento da pontuação respectiva”.

**Importante: no caso de anulação de questão da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os examinandos indistintamente, inclusive aos que não tenham interposto recurso.**

Caso o candidato tenha acertado a questão e, conseqüentemente, já tenha ocorrido o cômputo da nota, não haverá a atribuição de nova pontuação em caso de anulação.

A equipe de professores OAB do Complexo Damásio de Jesus analisou todas as questões da prova, bem como aquelas comentadas nas redes sociais como passíveis de recursos e, deliberou pela fundamentação e pedido de anulação das questões seguintes (prova branca):

18 – Constitucional

20 – Direitos Humanos

32 – Direito Administrativo

44 - ECA

55 – Direito Processual Civil

61 e 64 – Direito Penal

66 e 68 – Processo Penal

## FUNDAMENTOS

Para os fundamentos, observe o número da questão e a respectiva prova (utilizada prova TIPO BRANCO - 1) faça a correspondência com a sua prova.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL – Questão 18**

Prof. Erival da Silva Oliveira

#### **Questão 18**

Pode o Presidente da República editar medida provisória contrária à súmula vinculante editada pelo STF?

- A-) Não, pois o STF é o guardião da Constituição.
- B-) Não, pois a súmula vincula todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).
- C-) Sim, pois a súmula vincula a Administração Pública, mas não o chefe do Poder Executivo.
- D-) Sim, pois o Presidente da República estaria, nesse caso, exercendo função legislativa.

#### **Fundamentos recursais**

Existe decisão do STF admitindo que o Poder Legislativo em sua função típica possa descumprir súmula vinculante. Neste sentido: Reclamação nº 2617/2005.

Crítica: o Chefe do Poder Executivo (Presidente da República) faz parte da administração pública direta e deve respeitar súmula vinculante: art. 103-A, “caput”, da CRFB. Doutrina: Pedro Lenza. Direito Constitucional Esquemático, 16ª edição, pg. 807.

### **DIREITOS HUMANOS – Questão 20**

Prof. Erival da Silva Oliveira

#### **Questão 20**

A Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece que os Estados-partes reconheçam a importância da função exercida pelos órgãos de comunicação social, devendo assegurar o acesso da criança à informação. Do mesmo modo o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura que a informação é um direito da criança e do adolescente. Acerca da política de informação envolvendo menores, assinale a afirmativa correta.

- A) No que concerne às Medidas Específicas de Proteção, é incabível, qualquer que seja o estágio de compreensão da criança, prestar-lhe informações sobre os motivos que determinam a intervenção, o que será informado apenas aos pais e responsáveis.
- B) Deve haver o encorajamento dos órgãos de comunicação social a levar em conta as necessidades linguísticas das crianças indígenas ou que pertençam a um grupo minoritário.
- C) Os proprietários das lojas que explorem a locação de fitas de programação respondem pela falta de informação no invólucro sobre a natureza da obra e faixa etária a que se destinam, isentando os funcionários e gerentes.
- D) A criança tem direito à liberdade de expressão, que compreende, inclusive, liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias, sem restrições, de forma oral ou por qualquer outro meio à escolha da criança.

### **Fundamentos recursais**

O fundamento encontra-se inserido no art. 17, “caput” e alínea “a”, da Convenção sobre os Direitos da Criança – Decreto 99.710/1990, a saber:

Art. 17 Os Estados - partes reconhecem a função importante desempenhada pelos meios de comunicação e zelarão para que a criança tenha acesso a informações e materiais procedentes de diversas fontes nacionais e internacionais, especialmente informações e materiais que visem a promover seu bem-estar social, espiritual e moral e sua saúde física e mental. Para tanto, os Estados Partes:

a) incentivarão os meios de comunicação a difundir informações e materiais de interesse social e cultural para a criança, de acordo com o espírito do artigo 29.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Prof. Celso Spitzcovsky

#### **Questão 32**

Com a finalidade de minimizar as consequências dos problemas de trânsito na cidade “X”, o Prefeito estabeleceu, por meio de decreto de natureza genérica e abstrata, restrições à circulação de veículos na região central, proibindo a circulação de veículos na região central, proibindo a circulação de veículos e as operações de carga e descarga no período compreendido entre 6h e 22h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, na área de abrangência especificada. Face a esse fato, a Associação Empresarial do ramo de transporte de mercadorias procura um advogado para orientá-la na proteção de seus interesses. Com base na hipótese apresentada, assinale a alternativa que indica a linha de atuação mais apropriada proposta pelo advogado.

A-) Impetração de mandado de segurança contra o Decreto, ao argumento de que faltaria ao Município competência normativa para estabelecer a referida restrição.

B-) Ajuizamento de ação de conhecimento com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional com a finalidade de suspender os efeitos do Decreto, ao argumento de vício de razoabilidade/proporcionalidade.

C-) Impetração de mandado de segurança contra o Decreto, ao argumento de vício de razoabilidade/proporcionalidade.

D-) Ajuizamento de ação de conhecimento com pedido de antecipação dos efeitos do Decreto, ao argumento de que faltaria ao Município competência normativa para estabelecer a referida restrição.

### **Fundamentos para recurso**

A questão proposta induz candidato a erro uma vez que trata de situação concreta e já foi objeto de apreciação pelo Poder Judiciário inúmeras vezes em que se concluiu pela inexistência de qualquer direito a ser resguardado. Isto porque ao restringir o horário de circulação de caminhões o Município atua legitimamente no exercício do poder de polícia para a preservação do interesse público segundo informação oferecida pelo próprio enunciado da questão. Confirma o equívoco praticado pelo examinador, a título de exemplo, a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no recurso em mandado de segurança n.º 31732, julgado em 06.09.2011.

Importante também mencionar a existência de precedentes no STF através da súmula 645, que estabelece a competência do Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

Por fim, importante também lembrar que com base no mesmo poder de polícia, Municípios já estabeleceram rodízio de veículos. Estas situações todas mencionadas mostram que o Município agiu, em todas elas, dentro das competências que lhe foram atribuídas pela Constituição e que em consequência não se apresenta situação em que direitos de terceiros tenham sido atingidos de forma indevida. Sendo assim, não existindo direito ilegalmente atingido, não se poderia cogitar da propositura de nenhuma ação. Importante ainda salientar uma vez mais, que se trata de situação concreta em que para alguns municípios o poder judiciário já concluiu pela legitimidade da medida restritiva e como consequência pela sua manutenção.

## ECA

Prof. Guilherme Madeira

### Questão 44

João e Maria, ambos adolescentes, com dezessete e dezesseis anos, respectivamente, resolvem realizar uma viagem para comemorar o aniversário de um ano de namoro. Como destino, o jovem casal elege Armação dos Búzios, no estado do Rio de Janeiro, e efetua a reserva, por telefone, em uma pousada do balneário. Considerando a normativa acerca da prevenção especial contida na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a afirmativa correta.

- A) O casal poderá hospedar-se na pousada reservada sem quaisquer restrições, já que ambos são maiores de dezesseis anos e, portanto, relativamente capazes para a prática desse tipo de ato civil, não podendo ser exigido que estejam acompanhados dos pais ou responsáveis nem que apresentem autorização destes.
- B) O Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe apenas a hospedagem de crianças e adolescentes em motel, desacompanhadas de seus pais ou responsável, sendo permitida a hospedagem em hotéis ou estabelecimentos congêneres, uma vez que estes são obrigados a manter regularmente o registro de entrada de seus hóspedes.
- C) A proibição da legislação especial refere-se apenas às crianças, na definição do ECA consideradas como as pessoas de até doze anos de idade incompletos, sendo, portanto, dispensável que os adolescentes estejam acompanhados dos pais ou responsáveis, ou, ainda, autorizados por estes para a regular hospedagem.
- D) O titular da pousada, ou um de seus prepostos, pode, legitimamente e fundado na legislação especial que tutela a criança e o adolescente, negar-se a promover a hospedagem do jovem casal, já que ambos estão desacompanhados dos pais ou responsável e desprovidos, igualmente, da autorização específica exigida pelo ECA.

### Fundamentos para recurso

O gabarito aponta como alternativa correta a letra “D”. No entanto, mesmo esta alternativa não está correta. Vejamos.

Notem que o texto da questão diz que o titular da pousada “PODERÁ” negar-se a promover a hospedagem. E justamente no uso do verbo é que a questão está errada.

A expressão “poderá” significa faculdade, ou seja, significa que o titular da pousada poderá ou não recusar a hospedagem.

No entanto, não se trata de FACULDADE, mas de DEVER.

Não há margem de atuação do titular da pousada, ele deve sob pena de violação do artigo 250 do ECA, a saber:

“Art. 250. Hospedar criança ou adolescente desacompanhada dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere (Redação dada pela Lei n.º 12.038 de 2009). Pena – multa ( Redação dada pela Lei n.º 12.038 de 2009).

§1º - Em caso de reincidência, sem prejuízo da pena de multa, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento por até 15 (quinze) dias (Incluído pela Lei n.º 12.038, de 2009).

§2º - Se comprovada a reincidência em período inferior a 30 (trinta) dias, o estabelecimento será definitivamente fechado e a sua licença será cassada. (Incluído pela Lei n.º 12.038, 2009).

Dessa forma, quando o examinador utilizou a expressão “poderá” inquinou a assertiva de vício insanável, de forma que deverá ser anulada também essa questão.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Prof. Darlan Barroso

### **Questão 55**

A uniformização de jurisprudência é um instituto jurídico que tem por objetivo diminuir os impactos das divergências entre julgamentos do mesmo assunto. A respeito da uniformização de jurisprudência, assinale a afirmativa correta.

- A) A uniformização de jurisprudência é um recurso capaz de provocar a votação acerca do melhor entendimento sobre determinado assunto a ser utilizado, quando houver no tribunal dois ou mais precedentes divergentes sobre o tema em questão.
- B) A uniformização de jurisprudência é um procedimento que só será instaurado, levando à suspensão do processo que está no tribunal até sua resolução, se houver expresse requerimento das partes nesse sentido.
- C) A divergência que permite a instauração da uniformização de jurisprudência é sempre verificada entre órgãos diversos do mesmo tribunal.
- D) A decisão do órgão fracionário que reconhece a existência de divergência acerca da matéria ou deixa de fazê-lo pode ser impugnada por agravo de instrumento.

### **Fundamentos para recurso**

A questão versa sobre o incidente de Uniformização de Jurisprudência, conceituando o instituto e requerendo a alternativa correta sobre o tema.



O gabarito admitiu a letra “C” como correta, no entanto, não traduz a previsão legal ou a manifestação da doutrina.

O incidente de Uniformização de Jurisprudência, previsto no artigo 476 do Código de Processo Civil, tem cabimento em duas hipóteses, nos seguintes termos:

“Art. 476. Compete a qualquer juiz, ao dar o voto na turma, câmara, ou grupo de câmaras, solicitar o pronunciamento prévio do tribunal acerca da interpretação do direito quando:

I - verificar que, a seu respeito, ocorre divergência;

II - no julgamento recorrido a interpretação for diversa da que lhe haja dado outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas.”

O inciso II limita o cabimento quando a divergência for entre órgãos distintos do tribunal, no entanto, o inciso I apenas faz referência à divergência.

A alternativa dada como correta está errada, contrariando o inciso I, pois afirma que “A divergência que permite a instauração da uniformização de jurisprudência **é sempre** verificada entre órgãos diversos do mesmo tribunal”.

A expressão “sempre” ignora a existência do inciso I que é previsão genérica de cabimento da uniformização de jurisprudência.

A esse respeito, inclusive, é a posição do professor Humberto Theodoro Junior que ensina (Curso de direito processual civil, Volume I, 52ª ed., Editora Forense, 2011, p. 469):

“O inciso I do art. 476 é genérico e de aplicação, inclusive, aos casos de competência originária. Refere-se à divergência jurisprudencial em torno do direito a ser aplicado na causa ainda pendente de julgamento perante a câmara, turma ou grupo, como, por exemplo, pode se dar nas ações rescisórias. Trata-se de fórmula ampla. O Código nem sequer indica quais as decisões a confrontar para cogitar da divergência na aplicação do direito”.

A palavra “sempre” prevista na alternativa é incompatível com a previsão legal e a disposição da doutrina, razão pela qual a questão deve ser anulada.

## DIREITO PENAL

Professora Patrícia Vanzolini

### Questão 61

Analise detidamente as seguintes situações:

Casuística 1: Amarildo, ao chegar a sua casa, constata que sua filha foi estuprada por Terêncio. Imbuído de relevante valor moral, contrata Ronaldo, pistoleiro profissional, para tirar a vida do estuproador. O serviço é regularmente executado.

Casuística 2: Lucas concorre para um infanticídio auxiliando Julieta, parturiente, a matar o nascituro – o que efetivamente acontece. Lucas sabia, desde o início, que Julieta estava sob a influência do estado puerperal. Levando em consideração a legislação vigente e a doutrina sobre o concurso de pessoas (*concursum delinquentum*) é correto afirmar que:

A-) no exemplo 1, Amarildo responderá pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio qualificado por motivo torpe. No exemplo 2, Lucas e Julieta responderão pelo crime de infanticídio.

B-) No exemplo 1, Amarildo pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio simples (ou seja, sem privilégio pelo fato de não ter imbuído de relevante valor moral). No exemplo 2, Lucas, que não está influenciado pelo estado puerperal, responderá pelo homicídio, e Julieta pelo crime de infanticídio.

C-) No exemplo 1, Amarildo responderá pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio simples (ou seja, sem privilégio pelo fato de não estar imbuído de relevante valor moral). No exemplo 2 tanto Lucas quanto Julieta responderão pelo crime de homicídio (ele na modalidade simples, ela na modalidade privilegiada em razão da influência do estado puerperal).

D-) No exemplo 1, Amarildo responderá pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio qualificado pelo motivo fútil. No exemplo 2, Lucas, que não está influenciado pelo estado puerperal, responderá por homicídio e Julieta pelo crime de infanticídio.

#### **Fundamentos para recurso**

A alternativa lançada como correta considerava que o mandante responderia por homicídio privilegiado, enquanto o executor deveria responder por homicídio qualificado. Ocorre que é atualmente pacífico no STJ que a qualificadora da PAGA OU PROMESSA DE RECOMPENSA COMUNICA-SE AO MANDANTE, havendo inclusive farta jurisprudência a respeito. De acordo com esse entendimento é correto dizer que ambos respondem por homicídio de qualificado. Dessa forma a questão deve ser anulada

#### **Questão 64**

Jaime, conhecido pelos colegas como “Jaiminho mão de seda”, utilizando-se de sua destreza, consegue retirar a carteira do bolso traseiro da calça de Ricardo que, ao perceber a subtração, sai ao encalço do delinquente. Ocorre que, durante a perseguição, Ricardo acaba sendo atropelado, vindo a falecer em decorrência dos ferimentos. Nesse sentido, com base nas informações apresentadas na hipótese, e a jurisprudência predominante dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- A) Jaime praticou delito de furto em sua modalidade tentada.
- B) Jaime consumou a prática do delito de furto simples.
- C) Jaime consumou a prática do delito de furto qualificado.
- D) Jaime consumou a prática de latrocínio.

#### **Fundamentos para recurso**

A alternativa considerada correta afirmava que o punquista deveria responder por furto simples. Ocorre que o problema não esclarece em que momento a vítima se apercebeu da subtração. Se o fez durante o ato, realmente o furto é simples, pois não houve destreza. Mas se foi depois, incide a qualificadora (é a posição de FERNANDO CAPEZ). Portanto, havendo insanável dúvida no enunciado a questão deve ser anulada.

### **DIREITO PROCESSO PENAL**

Prof. Flávio Martins

#### **Questão 66**

O deputado “M” é um famoso político do Estado “Y”, e tem grande influência no governo estadual, em virtude das posições que já ocupou, como a de Presidente da Assembleia Legislativa. Atualmente, exerce a função de Presidente da Comissão de Finanças e Contratos. Durante a reunião semestral com as empresas interessadas em participar das inúmeras contratações que a Câmara fará até o final do ano, o deputado “M” exigiu do presidente da empresa “Z” R\$



500.000,00 (quinhentos mil reais) para que esta pudesse participar da concorrência para a realização das obras na sede da Câmara dos Deputados. O presidente da empresa “Z”, assustado com tal exigência, visto que sua empresa preenchia todos os requisitos legais para participar das obras, compareceu à Delegacia de Polícia e informou ao Delegado de Plantão o ocorrido, que o orientou a combinar a entrega da quantia para daqui a uma semana, oportunidade em que uma equipe de policiais estaria presente para efetuar a prisão em flagrante do deputado. No dia e hora apazados para a entrega da quantia indevida, os policiais prenderam em flagrante o deputado “M” quando este conferia o valor entregue pelo presidente da empresa “Z”.

Na qualidade de advogado contratado pelo Deputado, assinale a alternativa que indica a peça processual ou pretensão processual, exclusiva de advogado, cabível na hipótese acima.

- A) Liberdade Provisória.
- B) *Habeas Corpus*.
- C) Relaxamento de Prisão.
- D) Revisão Criminal.

### Fundamentos para recurso

Na questão em tela, embora a posição majoritária entenda que a prisão em flagrante foi ilegal, haja vista que o crime ocorreu no momento da exigência, há posicionamento minoritário na jurisprudência de que essa forma de prisão seria legal. Isso porque, no crime de concussão, a exigência perdura até o momento em que a vítima efetua o pagamento da vantagem. Outrossim, segundo jurisprudência minoritária, a prisão em flagrante no momento da entrega não seria ilegal, por tratar-se de flagrante esperado, e não preparado.

Aliás, foi o que disse o Tribunal de Justiça do Paraná: “Concussão. Crime formal. Consumação com a simples exigência da vantagem indevida pelo funcionário público em razão da função. Prisão em flagrante do agente. **Irrelevância da intervenção da atividade policial, avisada pela vítima, por se ter dado coincidentemente com o exaurimento do delito. Hipótese em que não houve provocação ou induzimento ao seu cometimento. Flagrante esperado e não preparado. Constrangimento ilegal inexistente**” (RT 628/343 – TJPR) – grifamos.

Da mesma maneira, já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “Prisão em Flagrante. Flagrante preparado. Descaracterização. Concussão. **Intervenção policial apenas na fase de pagamento da vantagem indevida, quando já consumado o delito pela simples exigência daquela. Inaplicabilidade da Súmula 145 do STF.** Inteligência do artigo 316, do CP. Não há caracterização do flagrante preparado no crime de concussão quando a intervenção policial ocorre apenas na fase de pagamento da vantagem indevida, quando já consumado o delito pela simples exigência daquela” (RT 691/314 - TJSP)

Por fim, também já decidiu nesse sentido o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: Não ocorre nulidade quando se trata do chamado flagrante esperado, tendo a polícia sido previamente informada pelo lesado da exigência feita pelo servidor público, chegando ao local do



fato, no momento em que as notas marcadas eram entregues. (...) 2. Oficial de Justiça que exige o pagamento de condução além do valor previsto no respectivo regimento. Crime de concussão caracterizado, tendo ocorrido, inclusive, o exaurimento do delito, em face da entrega da quantia exigida, momento em que foi flagrado pela autoridade policial, previamente informada. Autoridades da polícia e do Judiciário, pelas especificidades das funções, infundem de logo o *metus publicae potestatis*, elemento característico do delito de concussão. Condenação mantida à unanimidade. (Apelação Crime Nº 70012871372, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gaspar Marques Batista, Julgado em 27/10/2005)

Diante desse cenário, havendo jurisprudência minoritária o sentido de que o flagrante efetuado teria sido legal, cabendo requerimento de liberdade provisória, há duas alternativas corretas, devendo a questão ser anulada.

#### **Questão 68**

Paulo reside na cidade “Y” e já resolveu falsificar seu passaporte. Após a falsificação, pegou sua moto e viajou até a cidade “Z”, com o intuito de chegar ao Paraguai. Passou pela cidade “W” e pela cidade “K”, onde foi parado pela Polícia Militar. Paulo se identificou ao policial usando o documento falsificado e este, percebendo a fraude, encaminhou Paulo à delegacia. O Parquet denunciou Paulo pela prática do crime de uso de documento falso.

Assinale a afirmativa que indica órgão competente para julgamento.

- A) Justiça Estadual da cidade “Y”.
- B) Justiça Federal da cidade “K”.
- C) Justiça Federal da cidade “Y”.
- D) Justiça Estadual da cidade “K”.

#### **Fundamentos para recurso**

A presente questão trata do crime de USO DE DOCUMENTO FALSO, consistente em passaporte, que teria sido apresentado a um Policial Militar da cidade “K”. Em princípio, o crime de uso de passaporte falso é de competência da Justiça Federal, pois resta violado interesse da União, nos termos do artigo 109, da Constituição Federal.

Outrossim, não há dúvida que, na questão em tela, a competência será da cidade “K”, tendo em vista que lá se deu o uso do documento falso (é o que diz a Súmula 200, do STJ: “o Juízo Federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se consumou”).

Não obstante, a natureza do documento ou do seu órgão omissor não pode, por si só, caracterizar qual a justiça competente para julgar o crime de USO (ao contrário do crime de falsificação). O uso de documento federal falso só será crime federal se houver lesão à bem jurídico da UNIÃO.

O uso de documento falso será crime federal quando ocorrer alguma hipótese como essa, mencionada pela doutrina: “na hipótese de o agente, brasileiro, ter embarcado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com destino a Nova Iorque nos Estados Unidos da América, com a respectiva apresentação do passaporte falso no embarque, tendo sido constatada a

falsidade pelos agentes da imigração americana e posterior deportação do agente para o Brasil, que acabou desembarcando na cidade do Rio de Janeiro, onde foi preso pela polícia federal” (Competência Criminal da Justiça Federal, Roberto da Silva Oliveira. Ed. Revista dos Tribunais, 2002, p. 73).

Assim, se não restou abalado interesse da união no uso do documento, a competência é da Justiça Estadual. Em caso semelhante, já disse a jurisprudência: “Anotações falsas quanto ao contrato de trabalho. Ofensa a bem jurídico que ficou na esfera particular. Patrimônio Federal não afetado. Processo e julgamento afetos à Justiça Estadual” (RT 691/374 e 745/657).

Aliás, quanto ao uso do documento falso, já se pronunciou o STJ: Em consequência, compete à Justiça Federal o processo por uso de passaporte falso perante autoridade policial federal” (STJ, Conflito de Competência 106631/SP – 2009). Se interpretarmos essa decisão, *contrariu sensu*, chegaremos à conclusão de que se o documento falso (de emissão federal) não for usado perante autoridades federais, estaríamos diante de um crime estadual.

No mesmo diapasão, já decidiu o TRF da 3ª Região, ao dizer que “A apresentação de passaporte estrangeiro falso junto a funcionário de empresa aérea privada não afeta bem, interesse ou serviço da União, de autarquia federal ou de empresa pública federal.

II - Competência da Justiça Estadual. Precedentes desta E. Turma” (TRF3 - APELAÇÃO CRIMINAL: ACR 3524 SP 0003524-10.2010.4.03.6119).

Portanto, essa questão deve ser anulada, pois admite duas respostas corretas, em razão da sua peculiar formulação (apresentação do documento a uma autoridade estadual).

---